

Cap. 9 Sobre a mulher em Aristóteles

Ramiro Marques

Aristóteles desenvolve a sua concepção sobre a posição da mulher no contexto familiar no livro I de *A Política* (1259^a37-1259b17 e 1259b18-1260b24).

Retomando os três tipos de relação (mestre/escravo; marido/mulher; pais/filho), Aristóteles argumenta que o marido está para a sua mulher como o governante está para o cidadão livre. Da mesma forma, o pai está para o filho como o rei está para os seus súbditos. É possível identificar, nesta relação, uma violação ao princípio defendido pelo filósofo de que é próprio dos cidadãos poderem governar e ser governados. Ora, na relação entre marido e mulher, tal não pode acontecer, na medida em que Aristóteles coloca a mulher numa posição de dependência natural em relação ao marido, invocando, sem justificar, uma pretensa superioridade intelectual e de carácter do homem face à mulher. Aristóteles não coloca em causa, antes reforça, a concepção mediterrânica, tão vulgar naquela época, de que o lugar da mulher era em casa e o seu papel não excedia a dimensão dos deveres de esposa e mãe.

Aristóteles coloca a relação mestre/escravo, marido/mulher e pais/filhos numa posição central na família, considerando-as mais importantes do que as questões meramente económicas. O filósofo encarava a família como a comunidade natural mais básica e sobre a qual se edificavam as outras e, preso ao espírito da época, não conseguiu antever uma estrutura da família que não se baseasse nas relações de dominação senhor/escravo e marido/esposa. Para ele, essa estrutura de dependência e dominação era perfeita, no sentido de que cumpria tão excelentemente as funções da família e, por isso, não fazia sentido equacionar uma estrutura diferente. Cada membro da família (e os escravos faziam parte da família) cumpria uma

função específica, sem o exercício da qual seria impossível a excelência da família. Essa função específica exigia, por um lado, força física e competências técnicas, e, por outro, a posse de determinadas virtudes em diferente grau consoante as funções específicas de cada membro. Uma vez que a função do escravo é servir o senhor, não se lhe exige um nível de excelência idêntico ao do senhor. Antes pelo contrário: exige-se apenas um nível de virtudes adequado ao desempenho das suas funções. O mesmo argumento seria válido para a mulher. O mestre e o marido devem inculcar a posse de determinadas virtudes, tanto ao escravo como à mulher, na medida certa das funções que escravo e mulher devem desempenhar dentro da estrutura da família. Esse processo faz-se pela habituação e pela instrução.

Aristóteles sabia que a justificação dessas relações de dependência e dominação não era fácil. Se negasse a posse das virtudes intelectuais e morais aos escravos e às mulheres, estaria a cair numa contradição insolúvel que negava a sua teoria ontológica da existência de uma única espécie humana. Se atribuísse as mesmas capacidades e posse das virtudes aos escravos e às mulheres do que aos homens livres, não seria capaz de justificar a pertinência das relações de dependência e dominação na família e na sociedade (1). Podem os escravos e as mulheres “possuir autodomínio, coragem, justiça e todas as outras virtudes, ou não possuem mais nada para além da qualidade servil das suas pessoas?” (1259b18). Sendo as mulheres e os escravos seres humanos, torna-se difícil negar-lhes essas capacidades. O filósofo resolve esta questão, recorrendo à teoria da lei natural. Cada ser deve a sua especificidade às funções particulares que ocupa no equilíbrio da natureza e usa as virtudes na medida certa em que elas são necessárias à excelência do exercício das funções específicas. Se o nível de excelência na posse das virtudes for o mesmo para os que governam e para os que são governados, não haverá necessidade de

haver quem governe e quem obedeça. Não se trata apenas de uma diferença quantitativa, mas sobretudo de uma diferença qualitativa na posse e uso das virtudes intelectuais e de carácter. Não é suposto, portanto, que a mulher possua e faça uso das mesmas virtudes que o homem, uma vez que as funções da mulher não são as mesmas que as funções do homem. Seguindo o raciocínio do filósofo, poderíamos argumentar que, caso as funções fossem as mesmas, já não se justificaria qualquer distinção quantitativa ou qualitativa na posse e uso das virtudes. Ou seja, se aplicarmos a teoria de Aristóteles à actualidade, seremos obrigados a afirmar, para sermos coerentes, que não existe diferença alguma entre as mulheres e os homens na posse e uso das virtudes, uma vez que, actualmente, desempenham as mesmas funções na família e na sociedade.

Notas

1) Ver a este propósito o que Aristóteles diz no livro I de *A Política*, 1259b18.